

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PELA PERSPECTIVA DA TEORIA DOS INSTINTOS DE VEBLEN

Tales Rabelo Freitas¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo abordar a possibilidade de incorporação da teoria dos instintos de Veblen no debate sobre o desenvolvimento. Compreende-se que, apesar da ênfase dada por este autor aos instintos em sua abordagem institucional, este elemento é praticamente ausente na análise do desenvolvimento econômico pelas modernas abordagens institucionalistas. A hipótese central tratada neste trabalho é que a mudança institucional pode não necessariamente implicar em uma trajetória de desenvolvimento econômico baseada em inovação tecnológica e distribuição de renda se não conseguir transformar as propensões instintivas dos agentes econômicos. Neste sentido, se pretende estabelecer uma agenda de pesquisa que investigue as relações entre instintos, instituições e desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Institucionalismo, Instintos

ABSTRACT

This article aims to address the possibility of incorporating Veblen's theory of instincts into the development debate. It is understood that, despite the author's emphasis on instincts in his institutional approach, this element is practically absent in the analysis of economic development by modern institutionalist approaches. The central hypothesis dealt with in this paper is that institutional change may not necessarily imply a path of economic development based on technological innovation and income distribution if it fails to transform the instinctive propensities of economic agents. In this sense, it is intended to establish a research agenda to investigate the relationship between instincts, institutions and development.

Keywords: Development, Institutionalism, Instincts

Área 2: Desenvolvimento Econômico

1. INTRODUÇÃO

A abordagem institucionalista de Veblen surge como um marco importante na história da ciência econômica não apenas a partir de suas críticas aos economistas neoclássicos, mas, principalmente, por atentar para a necessidade de incorporar o processo de mudança, em oposição à ideia de equilíbrio. Para isso, o autor promoveu uma aproximação com a biologia, em detrimento da física newtoniana, em uma época em que a adequação à este ramo de conhecimento era necessário para garantir o cunho de cientificidade.

¹ Doutorando em desenvolvimento econômico pela UFRGS.

Em seu artigo "*Why is economics not an evolutionary science?*", Veblen (1898) questionou a aproximação da ciência econômica com os princípios da física clássica devido à ampla utilização da noção de equilíbrio estático. Para o autor, a metáfora apropriada para as ciências sociais encontrava-se na biologia, onde a noção de evolução se torna de enorme importância para a compreensão dos processos de desenvolvimento das economias capitalistas. Buscou-se distanciar de qualquer análise que envolva equilíbrio estático (como fizeram os economistas neoclássicos), e caracterizou suas ideias de pós-darwinistas. A riqueza das metáforas darwinianas, a partir de um método de análise que visava os processos causais, caracterizava um processo interminável de caráter cumulativo onde nunca se atingiria um estado de equilíbrio. Neste sentido, Veblen (1898) enfatiza a necessidade de a ciência econômica aderir a uma teoria de processo, ou seja, incorporar elementos que sejam capazes de explicar as relações de causa e efeito dos fenômenos como uma sequência de eventos que se desdobram.

Apesar da importância da análise institucionalista na compreensão dos diversos aspectos do processo de desenvolvimento econômico, alguns dos elementos da teoria de Veblen são negligenciados, ou colocados em segundo plano, por autores que utilizam de ideias próximas. Este é o caso dos instintos, muito utilizados por Veblen para explicar os diferentes comportamentos entre as distintas classes sociais, e que são raramente mencionadas pelos institucionalistas atuais. Sua definição de instinto é diferente em relação ao senso comum, o qual associa a uma ação natural inconsciente e não deliberada. Em termos gerais, para Veblen, os instintos são vistos como propensões que fornecem os fins da ação humana, ficando as instituições responsáveis pelos meios de alcançar tais objetivos. Em seus trabalhos fica clara a importância dos instintos para a compreensão da ação humana, chegando inclusive a ter maior peso nas análises do que as próprias instituições (HODGSON, 2004).

Em diversos momentos o autor aborda os efeitos perversos para o bem estar e subsistência da comunidade provocados por comportamentos baseados no instinto predatório. Desta inclinação surgia o perfil de homens de negócios preocupados em gerir a produção e os ganhos de eficiência de modo a garantir as taxas de lucro desejadas (CAVALIERI, 2009). Deste modo, a quantidade de produto de uma economia seria aquela necessária para garantir um nível de lucratividade a fim de possibilitar hábitos de emulação por parte da classe empresarial, desconsiderando as necessidades da sociedade. Veblen (1921) era fortemente crítico deste sistema, chegando a afirmar a necessidade de uma revolução liderada por agentes dotados do instinto para o artesanato, ou trabalho eficaz, como julgava ser uma parcela dos engenheiros detentores de conhecimento técnico. Neste caso, a eficiência e a quantidade produzida deveriam ser perseguidas não para ganhos pecuniários mas para garantir um nível de consumo desejável pela comunidade, além da diminuição dos desperdícios.

Embora negligenciada na maior parte do tempo, a teoria dos instintos teve um breve protagonismo na sociologia norte americana, influenciando as análises da dinâmica industrial de muitos autores da época, como Carleton Parker (1918), Ordway Tead (1918), Frank Watts (1921), John M. Clark (1918), entre outros. Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a importância desta teoria na compreensão do processo de desenvolvimento econômico. Este artigo está dividido em três seções, além desta introdução. Na primeira, é apresentado o referencial teórico institucionalista de tradição vebleniana, analisando o papel das instituições, dos instintos e seus desdobramentos, dando origem à uma teoria evolucionária. Em seguida, discute-se a

importância do resgate dos instintos e sua incorporação no debate sobre o desenvolvimento. Por fim, a última seção conclui o trabalho.

2. A ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA DE VEBLEN

As trajetórias de desenvolvimento econômico não podem ser compreendidas na ausência das instituições. Estas são incorporadas pelos diversos atores do sistema econômico como o Estado, os empresários, trabalhadores e consumidores. Também não é possível pensar em mercado sem as instituições, uma vez que estão presentes em todas as atividades que pertencem aos processos de produção e comercialização. Para Zysman (1994, p. 244) “*markets do not exist or operate apart from the rules and institutions that establish them and that structure how buying selling and the very organization of production take place*”. O autor procura demonstrar o modo como os mercados incorporam as instituições enraizadas socialmente. Dado que cada economia consiste de uma estrutura institucional específica que, quando combinada com uma estrutura industrial, cria um padrão distinto de restrições e incentivos. A lógica de mercado resultando desta combinação conduz a um determinado comportamento corporativo que molda as estratégias, o desenvolvimento de produtos e os processos de produção em um sistema econômico nacional. Conseqüentemente, há múltiplos tipos de mercado, e uma economia global com competição entre diversos membros somente deve ser entendida a partir da interação entre esses vários sistemas de mercados nacionais distintos.

As diferentes lógicas de mercados que emergem ao longo do tempo nas diversas economias têm efeitos de longo prazo nos padrões e taxas de crescimento de cada uma. Porém, isso não implica na existência de trajetórias definitivas e imutáveis para cada país. O percurso pode se alterar ao levar em conta o fenômeno da mudança institucional, o qual pode emergir a partir de fatores internos ou externos aos sistemas nacionais. Os fatores internos podem ser desde o surgimento de inovações tecnológicas que alteram os modos de produção e competição até mudanças na atuação do Estado. Já os fatores externos geralmente ocorrem através da interação das lógicas de mercado nacional entre diferentes países. Neste último, o padrão de comércio de um determinado país pode influenciar o caráter do crescimento dos demais (ZYSMAN, 1994). Logo, a compreensão das instituições e seus mecanismos dinâmicos, que levam à mudança, é de extrema importância para a análise do desenvolvimento econômico.

2.1. *Instituições na abordagem institucional original*

Segundo Hodgson (2006), as instituições permitem ordenar os pensamentos, as expectativas e as ações dos agentes, impondo forma e consistência nas decisões humanas. Assim, instituições podem ser definidas como um sistema de regras, explícitas e/ou implícitas, que regulam as ações dos indivíduos². Instituições são facilmente identificadas na linguagem, nas leis, nas organizações dos processos de produção e comercialização, entre outras atividades.

Para Veblen as ações tomadas pelos agentes estão engajadas em uma série de pensamentos habituais, fazendo com que as tomadas de decisão sejam realizadas com

²É importante lembrar que instituições tanto restringem quanto ativam certos tipos de comportamentos. Segundo Hodgson (2006), apesar da presença de regras implicar em restrições, também criam oportunidades ao permitir escolhas e ações que não seriam possíveis em algumas circunstâncias onde não houvesse tais regras.

certa facilidade. Neste caso, a facilidade de aceitação dos membros de determinada sociedade sobre qualquer tipo de comportamento ou ação será definido pela consistência apresentada com os hábitos de pensamento enraizados. Nas palavras do autor "o que é compreendido com mais facilidade, o que é consistente com o processo de vida humana e com o estoque de conhecimento acumulado é percebido pela comunidade como correto e bom" (VEBLEN, 2007, p. 196).

O debate teórico sobre a natureza das instituições na acepção Vebleniana deve levar em conta um tema importante que surge quando instituições passam a ser interpretadas como padrões de comportamento estabelecidos. Neste caso, o observador é levado a presumir que determinadas instituições desaparecem quando seus comportamentos típicos forem interrompidos³. Na verdade, hábitos podem ser definidos como propensões para agir de certa forma em determinadas circunstâncias. Sendo assim, na ausência de certos contextos, os agentes não agirão em função de determinado hábito, mas isso não quer dizer que este impulso não exista. Logo, instituições podem ser codificadas unicamente através da manifestação dos comportamentos. Contudo, um desafio fundamental da teoria institucionalista de Veblen é a identificação de hábitos mentais cujas ações associadas não são frequentes:

However, there has been some ambiguity in the definition of habit. Veblen and the pragmatist philosophers regarded habit as an acquired proclivity or capacity, which may or may not be actually expressed in current behavior. Repeated behavior is important in establishing a habit. But habit and behavior are not the same. If we acquire a habit we do not necessarily use it all the time. A habit is a disposition to engage in previously adopted or acquired behavior or thoughts, triggered by an appropriate stimulus or context (HODGSON, 2006, p. 6).

O efeito normativo de uma instituição passa a ser relevante na medida em que as leis da natureza são limitadas para conduzir as ações de forma harmoniosa entre indivíduos de um mesmo grupo. Determinadas circunstâncias permitem diversas opções para agir e, portanto, as instituições que entram em cena a fim de definir as formas habituais de comportamento em determinados contextos:

If we were compelled by the laws of nature to do Y* in circumstances X, then there would be no need for normative compulsions or sanctions. In contrast, multiple options can typically be imagined for the form of a rule. One culture may uphold in circumstances X do Y; another may require in circumstances X do Z. Nevertheless, the laws of nature constrain the set of possible rules that may be formulated (HODGSON, 2006, p. 3).

Entretanto, instituições não eliminam a intencionalidade e a racionalização das ações dos agentes, cuja manifestação tem suas causas⁴ (HODGSON, 2003). A racionalização ocorre quando algum evento peculiar surge, criando a necessidade de deliberação sobre

³Segundo Hodgson (2006) "Does the British monarchy cease to exist when the members of the royal family are all asleep and no royal ceremony is taking place? Of course not: royal prerogatives and powers remain, even when they are not enacted. It is these powers, not the behaviors themselves, which mean that the institution exists".

⁴Para Hodgson (2003), explicações causais tanto em Veblen quanto no Darwinismo não significa ignorar a intencionalidade; simplesmente significa q elas são causadas, e q tem d ser explicadas. Porém, a ideia de que todos os fenômenos são causados não implicam que estes sejam previsíveis ou que regularidades sejam identificadas. Ou seja, o princípio de determinação causal não é o mesmo que determinismo.

os hábitos vigentes. Com efeito, o produto da deliberação, caso aceito pelos indivíduos do grupo, torna passível de promover novas propensões de ações e comportamentos.

Ao tratar a intencionalidade em termos de causa e efeito, Veblen se afasta do método clássico e marginalista, os quais constroem suas teorias a partir de um caráter teleológico e hedonista. Para Veblen, a concepção estática do agente nestas teorias faz com que a análise se concentre apenas nas implicações teleológicas da conduta e negligencie qualquer tipo de mudança proveniente de seus desdobramentos causais. Nesta abordagem, os fenômenos são tratados como condicionados pelas consequências futuras devido à capacidade preditiva dos agentes hedonistas. A este método de inferência Veblen (1909) chama de razão suficiente. Assim, "*it deals with this conduct only in so far as it may be construed in rationalistic, teleological terms of calculation and choice*" (VEBLEN, 1909, p. 626). Embora o autor não desconsidere o caráter teleológico da conduta humana, este deixa claro que uma teoria econômica moderna e evolucionária deve se concentrar nas relações de causa e efeito - também chamado de causa eficiente - as quais as instituições estão sujeitas.

Instituições precisam estar relacionadas com os indivíduos para existirem. Elas se perpetuam ao oferecer regras de coordenação que confinam e moldam aspirações individuais. À medida que os hábitos mentais vão se proliferando, mais bem estabelecidas vão se tornando as bases sobre as quais se assentarão. Segundo Hodgson (2006), instituições não são separadas dos grupos de indivíduos nem de suas interações e padrões de pensamento compartilhados. Quando um agente nasce em um mundo institucional pré-existente, os hábitos mentais deste são imediatamente confrontados. Logo "*the institutions that we face reside in the dispositions of other individuals but also depend on the structured interactions between them, often also involving material artifacts or instruments*" (HODGSON, 2006, p. 8).

Outra característica do pensamento de Veblen é a presença de cumulatividade nos processos de aprendizado e formação de hábitos. Como as ações e comportamentos habituais são dominados por hábitos mentais, espera-se que estes também interfiram na forma com que os fatos e eventos são interpretados e transformados em conhecimento. Com uma gama maior de procedimentos compreendidos, é possível que novas formas de conduta surjam e, conseqüentemente, deem origem a novos hábitos de pensamento.

Ainda sobre o efeito da cumulatividade, aqui se refere à aplicação de alguns princípios da teoria de seleção natural de Darwin (HODGSON, 1992). Neste caso, o autor faz uma analogia com o conceito de hereditariedade, utilizando o mesmo exame dos processos causais para identificar a forma com que as instituições agem no sentido de preservação de certas características das sociedades no decorrer do tempo⁵. Hodgson (2006) assevera que a transmissão dos hábitos entre as gerações depende do desenvolvimento de sua cultura, e não simplesmente através dos genes herdados, como na biologia. Assim sendo, entende-se que há um certo nível de estabilidade e permanência das instituições tratado como efeito de algum tipo de inércia. Porém, como os hábitos mentais são componentes herdados de uma época anterior e adaptadas àquelas circunstâncias, a defasagem encontrada destes hábitos com as circunstâncias presentes darão impulso para novas mudanças (VEBLEN, 1983).

⁵Para Hodgson (1992, p. 296) "the institution became the unit of relative stability and continuity through time, ensuring that much of the pattern and variety is passed on from one period to the next, so that selection has relatively stable units upon which to operate".

2.1.1. *Evolução*

Segundo Veblen, as instituições formam um processo dinâmico que requer a compreensão da mudança. O autor foi amplamente influenciado pelos escritos de Charles Darwin, principalmente no que tange os processos de análise de sequência causal (CONCEIÇÃO, 2002, HODGSON, 2003, DA SILVA 2010). A importância das ideias darwinistas refere-se à elaboração de um mecanismo causal de evolução envolvendo variação, herança e seleção. Apesar das várias diferenças envolvendo os componentes dos sistemas sociais e biológicos (como também diferenças nas estruturas entre os seres vivos), entende-se que esse mecanismo poderia ser aplicado a qualquer sistema aberto e que esteja em constante mudança. Para Hodgson (2003, p. 86):

Above all, Darwinism means causal explanation, where a cause is understood as necessarily involving transfers of matter or energy. Divine, spiritual, miraculous, or uncaused causes are ruled out. Explanations of outcomes are in terms of connected causal sequences. In addition, Darwinism upholds that the evolution of organisms and complex systems involves the mechanisms of variation, inheritance, and selection.

No capítulo 8 de *A Teoria da Classe Ociosa*, Veblen (1983) aplica os processos presentes na teoria de seleção natural de Darwin na análise da mudança institucional. Aqui, o processo pelo qual se deu a evolução das estruturas sociais foi representado por uma seleção natural das instituições. Veblen (1983, p. 87) explica isso:

O processo que se fez e que se vai fazendo nas instituições humanas e no caráter humano pode ser considerado, de um modo geral, uma seleção natural dos hábitos mentais mais aptos e um processo de adaptação forçada dos indivíduos a um ambiente que vem mudando progressivamente mediante o desenvolvimento da comunidade e a mudança das instituições sob as quais o homem vive. As instituições são elas próprias o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevalentes, ou dominantes, de atitude e aptidões espirituais; são, ao mesmo tempo, métodos especiais de vida e de relações humanas, e constituem, por sua vez, fatores eficientes de seleção.

Para o autor, a forma como se dá a mudança institucional envolve um contínuo processo de ajustamento entre as relações internas e externas, de modo a se estabelecer uma certa adaptação. Porém, esse movimento jamais poderia estabelecer um equilíbrio definitivo pois as circunstâncias externas se encontram em dissonância com as circunstâncias internas. Isso ocorre uma vez que as primeiras estão sujeitas à constantes mudanças desencadeadas pelas alterações internas⁶. Esse desacordo se dá porque "as instituições são produtos de processos passados, adaptadas às circunstâncias passadas, e por conseguinte nunca estão de pleno acordo com as exigências do presente" (VEBLEN 1983, p. 88). Logo, as mudanças institucionais são provocadas pelas circunstâncias, que por sua vez são consideradas elementos residuais das instituições já consolidadas (DA SILVA, 2010).

Para Hodgson (2003, 2004), Veblen havia entendido o darwinismo não apenas como uma abordagem biológica, mas também a partir de um ponto de vista filosófico, cujo teor da análise se torna sequencial e causal, o qual se assenta sobre três princípios. O

⁶Para Veblen (1983, p. 88) "um passo rumo ao desenvolvimento já por si constitui uma mudança de situação a exigir uma nova adaptação; torna-se, com efeito, um ponto de partida para um novo passo rumo ao ajustamento, e assim por diante, interminavelmente".

primeiro é o princípio de determinação, o qual pode apresentar múltiplos significados, sendo alguns com sentido mecanicista ou reducionista, os quais não são conciliáveis com as ideias de Veblen e Darwin.

2.2. *Instintos*

Um dos elementos teóricos fundamentais para a compreensão da abordagem institucionalista de Veblen é a compreensão do papel dos instintos e sua interação com os hábitos. Para Hodgson (1992), Veblen foi influenciado pelos *Principles of Psychology* de Spencer e pela *Introduction to Social Psychology* de William McDougall (1908). O primeiro trabalho do autor sobre o tema foi uma publicação em 1989, denominada *The Instinct of Workmanship and the Irksomeness of Labor*. Este foi o texto seminal que estabeleceu, antes mesmo da Teoria da Classe Ociosa, as bases para o entendimento dos determinantes da conduta humana na teoria Vebleniana.

É importante ter em mente que Veblen não fez uso de reducionismo biológico. A evolução das instituições e a predominância de determinado tipo de instinto no comportamento não se devem à fisiologia dos agentes, mas sim derivadas de uma relação causal circular entre instintos e instituições. Para o autor há a presença tanto de instintos que agem a partir de eventos desencadeados pelo ambiente físico - como a fuga de predadores, incêndios e outros eventos que colocam em risco a vida - quanto de inclinações derivadas de eventos sociais. Estes últimos, objetos de análise do institucionalismo vebleniano, incluem a capacidade de imitação, aquisição de habilidades, reconhecimento e perseguição de status sociais, e curiosidade (REDMOND, 2006).

Veblen inicia o artigo questionando o argumento implícito nas diversas teorias dos principais economistas de sua época, em que "o ser humano se revolta instintivamente contra os esforços necessários para manter o processo de reprodução de sua própria vida" (VEBLEN, 2007, p. 188). Em outras palavras, o autor faz uma crítica à teoria de utilidade marginal, a qual aborda o trabalho como uma desutilidade, ou desprazer. Para o autor, por ser um meio de sobrevivência, o trabalho realizado pelo homem não deveria ser considerado de tal forma. Neste caso, o contraponto se apoia nos processos presentes na teoria de seleção natural de Charles Darwin. Tal influência deixou a entender que seria impossível qualquer espécie emergir e se tornar estável uma vez que seus integrantes fossem dotados por qualquer aversão a atividades necessárias para a manutenção da vida. Logo, o tipo de espécie representado pelas características do *homo economicus* idealizado pela Escola Clássica (leia-se Neoclássica também) somente poderia ser uma anomalia devido à incoerência com a trajetória de desenvolvimento observada ao longo da história (VEBLEN, 2007).

Sua concepção de instinto é diferente das abordagens das ciências da natureza, onde se estabelece o instinto como sendo uma "resposta automática dos seres vivos, sob determinadas condições, às demandas do meio e àquelas provocadas por outros seres vivos" (DA SILVA, 2010, p. 291). Sendo um componente da natureza humana, Veblen (1918) entende que o instinto não pode ser identificado em seus limites biológicos. Isso porque as respostas do ser humano aos estímulos provocados pelo ambiente ao qual pertence se dá de forma menos tropismática em comparação às outras espécies. Em outras palavras, o homem não responde de forma mecânica e uniforme frente aos estímulos, mas direciona certo nível de deliberação. Logo, o que o difere dos demais é a sua superioridade intelectual, deliberando "sobre o conteúdo dos hábitos pelos quais

suas ações são guiadas e avalia os efeitos que seguem destes hábitos e propensões" (VEBLEN, 2007, p. 190).

Por ter um nível maior de inteligência e consciência, a espécie humana é propensa a agir com algum tipo de finalidade. Ou seja, o instinto possui um componente teleológico, não implicando nos agentes ações inconscientes, derivadas dos reflexos, ou ainda, sem deliberação (CAVALIERI, 2009). Para Veblen (1918), o instinto, em contraposição à ação tropismática, envolve consciência e adaptação ao fim pretendido. Porém, em certa medida, não somente participam da ação fatores relacionados à inteligência e a definição de objetivos individuais, mas também elementos externos ao indivíduo. Isso porque, sendo o homem um ser dotado de senso de comunidade, sua ação se torna um produto cada vez mais difícil de discernir, na medida em que os atores se impõem a um sistema complexo e com grande número de fatores (DA SILVA, 2010).

Por serem influenciados tanto por fatores biológicos quanto sociais, os instintos evidenciam a importância do processo histórico como meio de configuração dos hábitos de pensamento acumulados através das experiências, mesmo por diversas gerações no decorrer do tempo. Isso mostra que as ações dos indivíduos são identificadas em um sistema representado pelos instintos e hábitos de pensamento adquiridos ao longo do tempo e a racionalidade com que os agentes deliberam sobre os produtos destes hábitos. De forma sistêmica, cada um dos componentes dessa cadeia possuem propriedades que somente podem ser identificadas dentro do sistema. Em outras palavras, além de ser afetado pelas normas sociais e pela razão, devido ao seu caráter teleológico, o instinto pode também influenciar os hábitos mentais uma vez estes se estabelecem a partir das práticas cotidianas e objetivos introduzidos pelos instintos. Já sobre o componente da racionalidade, entende-se que este também se relaciona com as instituições uma vez que esforço cognitivo é direcionado para a deliberação sobre os hábitos mentais enraizados, podendo ser responsável pela manutenção destes ou então pela mudança. Por outra via, tem-se que a racionalidade não pode ser representada de forma autônoma uma vez que é também fruto das instituições.

Apesar de se opor à visão do homem como um ser naturalmente avesso ao esforço produtivo, o autor não nega que tal aversão tenha aparecido no decorrer do processo de desenvolvimento humano e se fortalecido na sociedade moderna. Para entender tais desdobramentos mais profundamente Veblen (2007) identifica a presença de dois tipos de instintos que tiveram grande importância nas trajetórias de desenvolvimento das sociedades humanas. O primeiro deles é o *instinct of workmanship*, traduzido aqui como instinto para o trabalho eficaz ou instinto para o artesanato. Este implica na propensão em realizar qualquer tipo de trabalho eficiente, com o intuito de beneficiar o grupo:

Nos momentos em que prevalece a reflexão sóbria, quando o homem não está sob os efeitos estressantes da sobrecarga de algum trabalho, o senso comum do indivíduo domina suas ações sob a influência do instinto para o artesanato, ou seja, pelo trabalho bem feito e imbuído de propósito. (...) Todo indivíduo possui este senso quase estético de mérito econômico ou industrial, e desta forma o que ele identifica como futilidade econômica ou ineficiência lhe é desagradável. Em sua expressão positiva trata-se de um impulso ou de um instinto para o artesanato; e, negativamente, pode ser interpretado como a expressão de um desgosto ou repugnância por todo trabalho mal feito, e pelo desperdício (2007, p. 191).

Segundo Veblen, a espécie humana somente pôde se adaptar e se desenvolver em seu meio ambiente por possuir estas características, sendo o instinto para o artesanato "o

impulso mais genérico e mais dominante na natureza humana" (VEBLEN, 2007, p. 191). Para o autor, o instinto para o artesanato está em conflito com o impulso responsável pela aversão ao trabalho servil. Este último é chamado por Veblen de *instinto para o esporte* ou, como é comumente conhecido, instinto predatório. O instinto predatório cria estímulos para atividades individualistas, cujo resultado é totalmente desnecessário perante o objetivo de manutenção do grupo. Ou seja, está ligado a atividades que não tenham relações com o processo produtivo, apresentando características de competitividade e demonstração de superioridade. Os exemplos mencionados são as guerras, atividades esportivas, a busca por acumulação de bens e ativos financeiros, e o consumo conspícuo. Veblen analisa estas duas propensões e assevera que o instinto para o artesanato tem o domínio sobre o instinto para o esporte.⁷ Em suas palavras (2007, p. 192):

O primeiro é uma característica humana necessária para a sobrevivência da espécie; o segundo é um hábito de pensamento possível apenas quando uma espécie se distancia significativamente de seus rivais evolutivos e, ainda que possa ser tolerado pelo instinto dominante, está sempre sujeito aos limites impostos pelo instinto para o artesanato.

Diante disso, Veblen parte em busca do entendimento da dinâmica envolvendo os instintos a partir das seguintes questões: "Teria esta aversão ao trabalho se originado do instinto para o artesanato? Como teria sido possível que se desenvolvesse e se tornasse consistente esta aversão ao trabalho apesar de estar em conflito evidente com o instinto dominante?" (VEBLEN, 2007, p. 192). A princípio, devemos compreender os aspectos do processo evolutivo que contribuíram para que o homem, sendo um ser social, se tornasse uma espécie pacífica. Posteriormente, é importante analisar como o contexto criado por esse tipo de comportamento abriu margem para a ascensão do instinto predatório.

Veblen identifica uma relação entre a estrutura física do ser humano e a sua aversão ao instinto predatório no início do processo de seleção. Nesse sentido, em comparação com as espécies caçadoras, o homem apresenta uma estrutura física (muscular e óssea) mais frágil, o que limita sua capacidade de luta. Isso justifica classificar a "espécie humana juntamente com aqueles animais que devem sua sobrevivência à aptidão de evitar conflitos e embates diretos com seus competidores, e não com aqueles animais que subjagam e devoram seus rivais" (VEBLEN, 2007, p. 194).

No decorrer do processo seletivo, a capacidade do ser humano de deliberar e transformar elementos da natureza ao seu favor foi muito importante para o seu desenvolvimento. Para Veblen, a atividade da indústria surgiu bem antes do hábito de exploração do trabalho, realizada por uma parcela da sociedade sobre a outra. Neste caso, o modo de vida predatório somente passa a ser possível a partir do momento em que o método de produção dos bens básicos, necessários para a manutenção da

⁷ Para Veblen, quando há julgamento apoiado por um certo nível de reflexão, o esperado é que qualquer tipo de comportamento que beneficie o conjunto seja aprovado em detrimento de atitudes individuais e destrutivas. Nas palavras do autor: "há que se notar que quase todos os que defendem a guerra o fazem com grande dificuldade, e carecem de bons argumentos [além da exaltação da honra e da grandeza nacional]. Exploração predatória, por si mesma, não carrega consigo sua própria legitimação, como deveria ser o caso para qualquer espécie animal primariamente de caráter predatório. O tipo de comportamento que recebe aprovação irrestrita é aquele que contribui para a provisão e engrandecimento da vida como um todo, e não aquele que estimula os interesses egoístas e predatórios de um indivíduo em detrimento das condições de vida de outro ser humano" (VEBLEN, 2007, p. 193).

sobrevivência das comunidades, tenha se desenvolvido o suficiente de forma se possa gerar excedente⁸. Ou seja, a "subsistência por meio de comportamento puramente predatório requer que exista presa em quantidade suficiente" (VEBLEN, 2007, p. 195), e requer também a existência do senso de solidariedade, característica dominante da conduta do homem ancestral devido às circunstâncias enfrentadas em sua época.

Veblen (2007, p. 198) afirma que a mudança de um modo de vida coletivista para outro individualista ocorre quando "a estima dada à serventia em si de uma ação se confunde com a estima do indivíduo, de suas habilidades comparadas às de outros, o objeto da ação deixa de ser a eficácia pura com que o objetivo é atingido, mas sim a manifestação de força ou capacidade". Assim, o objetivo passa a ser a demonstração de poder e capacidade e não mais o cumprimento das metas que beneficiarão o grupo, dando força para a manifestação do instinto predatório.

O instinto predatório passa a ganhar relevância na medida em que o homem desenvolve tecnologia e, com isso, aumenta sua capacidade de controle do meio ambiente. Nesta etapa, as forças externas se tornam menos ameaçadoras para a comunidade e a elevação da capacidade de exploração faz com que outras atividades se tornem mais merecedoras de crédito, como a caça de grandes animais e as guerras. Nesse sentido, as atividades artesanais passam a ser vistas com demérito e apresentando um senso de inferioridade. Logo, hábitos mentais enraizados no instinto de exploração começam a dominar parte da sociedade.

3. INSTINTOS E DESENVOLVIMENTO

Apesar da importância dada por Veblen aos instintos em sua abordagem institucional, esse elemento é praticamente ausente na análise do desenvolvimento econômico pelas modernas abordagens institucionalistas. Neste sentido, há duas abordagens opostas que tratam da relação entre instituições e desenvolvimento. A Nova Economia Institucional (NEI), liderada por Douglass North, defendem a ideia da existência de instituições "ótimas" que levariam os países emergentes em direção ao desenvolvimento (EVANS, 2003). No geral, tais instituições são aquelas que se aproximam do receituário fornecido pelo consenso de Washington. Já a Economia Política Institucionalista de Ha-Joon Chang (1999, 2004), além de afirmar a necessidade da implementação de instituições necessárias para o bom funcionamento dos mercados, também mostra que as instituições que promoveram o desenvolvimento nos países desenvolvidos foram totalmente diferentes em relação ao que defende a ortodoxia.

Para Hodgson (1998) a ênfase se encontra nos fatores institucionais e culturais das sociedades, a partir de fatos estilizados e conjecturas teóricas a respeito de mecanismos causais, utilizando de material histórico e comparativo, a respeito das instituições socioeconômicas. Se para a NEI as instituições ideais são aquelas que reduzem os custos de transações, estimulando o investimento, para a abordagem de Chang (1999) o desenvolvimento deve ser conseguido a partir da promoção de capacitações locais, correção das falhas de mercado, administração de conflitos e provisão de visão empreendedora, via liderança do Estado.

⁸Para Veblen (2007), mesmo nos estágios primitivos em que existe um propósito em comum entre os membros do grupo, é de se esperar que houvesse algum tipo de competição, sendo tais hostilidades tanto internas quanto externas a tais comunidades. Porém, sua frequência não deve ter sido suficiente para afetar a dominância dos hábitos de pensamento presentes.

A importância da incorporação dos instintos é que eles fornecem os objetivos das ações dos agentes econômicos. Nas palavras de Veblen (2007, p. 190) “a necessidade seletiva equipou a espécie humana com a propensão de agir com propósito”. Deste modo, a mudança institucional pode não necessariamente implicar em uma trajetória de desenvolvimento econômico baseada em inovação tecnológica e distribuição de renda se não possibilitar a ação dominada por instintos que estejam em conformidade com este fim.

Para Cordes (2007), os instintos têm um papel fundamental na explicação da evolução das culturas corporativas, e que o “*instinct of workmanship*” de Veblen inspirou muitos intituionalistas entre os anos de 1915 e 1924 a analisarem as formas como as corporações americanas eram organizadas e gerenciadas. Os esforços iam na direção de estabelecer uma relação entre as formas de relações industriais e os instintos dominantes. Além disso, a preocupação comum dos autores era de que as modernas organizações da firma inibiam a ação dos bons instintos, como o “*workmanship*” e a curiosidade, atuando como uma barreira contra as inovações.

Compreende-se que a dominância de um comportamento predatório, em detrimento do instinto para o artesanato, seria um obstáculo a uma trajetória de desenvolvimento baseada em inovação e distribuição de renda. Nas palavras do autor “*Innovation, the utilization of newly acquired technological insight, is greatly hindered by such institutional requirements that are enforced by other impulses than the sense of workmanship*” (VEBLEN, 1918, P. 41). Logo, é o instinto para o artesanato o desencadeante da inovação tecnológica, uma vez que tal propensão implica em atividades focadas na eficiência e serventia para a sociedade, reprovando a futilidade do trabalho não produtivo.

Veblen sempre deu grande ênfase aos fatores instintivos em sua análise do capitalismo e das diferenças comportamentais entre as diferentes classes sociais. Em “A Teoria da Classe Ociosa”, o autor demonstra como o instinto predatório domina as atitudes das elites, caracterizadas como uma classe ociosa orientada para o consumo conspícuo. Já em seu *Engineers and the System Price* (1921), o desenvolvimento, no capitalismo, ocorre a partir de conflitos entre os agentes econômicos dotados das diferentes propensões. De um lado, dominados pelo instinto predatório, há indivíduos que agem a partir de estratégias que visam sabotar a produção, uma vez que seu objetivo é o lucro. Tal sabotagem seria as pressões exercidas pelos capitalistas no sentido de forçar uma queda consciente da eficiência da produção, resultando em aumento dos preços. Por outro lado, há agentes interessados na melhoria das técnicas produtivas, formados por engenheiros e técnicos com ideias inovadoras, cuja presença implica em uma pressão contrária aos objetivos da firma posta pelos capitalistas. Ou seja, buscam o aumento da produção e queda dos preços, no intuito de universalizar o acesso ao consumo. Neste caso, por serem essenciais para as atividades da firma, vez ou outra os capitalistas cedem aos desejos dos engenheiros e técnicos dominados pelo instinto do trabalho eficaz. Logo, o desenvolvimento, para Veblen, se torna fruto destes conflitos.

But from an early point in the development there set in a progressive differentiation, such as to divide those who designed and administered the industrial processes from those others who designed and managed the commercial transactions and took care of the financial end. So there also set in a corresponding division of powers between the business management and the technological experts. It became the work of the technologist to determine, on technological grounds, what could be done in the way of productive industry, and to contrive ways and means of doing it; but the

business management always continued to decide, on commercial grounds, how much work should be done and what kind and quality of goods and services should be produced; and the decision of the business management has always continued to be final, and has always set the limit beyond which production must not go. (VEBLEN, 1921, p. 38)

Tal interpretação tem críticas⁹, uma vez que Veblen (1923) assume a posição radical de que o instinto predatório atua sempre sabotando as ações baseadas no *instinct of workmanship*. Para Hodgson (2004) há a possibilidade de conciliação entre os valores fornecidos por ambos, mesmo existindo constantes conflitos. Além disso, este também afirma que os motivos pecuniários dos agentes econômicos algumas vezes podem gerar resultados úteis e benéficos, pois para isto dependerá das instituições. Entretanto, tais objeções não invalidam as contribuições da teoria dos instintos de Veblen, pois a interação entre instintos e instituições se estabelece como importantes aspectos que condicionam os meios e fins da ação humana.

A incorporação da teoria dos instintos de Veblen no debate sobre o desenvolvimento resultaria em uma agenda de pesquisa voltada tanto para o nível microeconômico quanto para o macroeconômico. Sobre o primeiro nível temos que alguns autores de tradição institucionalista da época de Veblen reforçaram a importância dos instintos na análise da organização industrial. Conforme Parker (1918) e Tead (1918), a moderna sociedade industrial estava frustrando os instintos “construtivos” dos trabalhadores, pois removiam a capacidade de expressar o instinto para o artesanato, o qual foi sendo substituído por atitudes egoístas, de valores pecuniários. Para estes autores, uma saída era a mudança das condições de trabalho, permitindo os trabalhadores perseguir formas de atuação e objetivos mais satisfatórios do que as simples obrigações mecânicas do dia-a-dia da firma¹⁰. Tais obrigações implicavam em certa revolta, ineficiência e perda de interesse dos trabalhadores pelo processo produtivo. Acredita-se que o mesmo deve ser aplicado para as universidades. Conforme Debackere e Veugelers (2005) a organização da universidade deve ser pensada para fornecer a liberdade e os incentivos apropriados para que os pesquisadores destas instituições se sintam motivados a realizarem atividades científicas inovadoras. Em geral, em linha com Richerson, Collins e Genet (2006, p. 201) compreender os instintos e as propriedades dinâmicas da evolução cultural nos leva a um melhor entendimento dos “*potentials of humans to create functional organizations and to a better understanding of how organizations can become dysfunctional and fail*”.

A partir desta abordagem, é possível discutir algumas diferenças na organização das firmas entre países ricos e emergentes que podem determinar as diferenças nas trajetórias de desenvolvimento econômico. A forte presença das multinacionais no processo de industrialização dos países da América Latina¹¹ é uma importante evidência

⁹ Para uma crítica sobre o uso dos instintos nas ciências sociais, ver Ayres (1921).

¹⁰ É importante também mencionar o trabalho de Aoki (1990) que analisa as diferenças organizacionais entre as firmas automobilísticas japonesas e norte-americanas. Nas primeiras, onde há uma coordenação hierárquica horizontal, o modelo de organização fornece maior liberdade para os agentes resolverem problemas internos à firma, além de terem de desenvolverem novos processos, em comparação com as firmas dos EUA, em que há uma organização do trabalho mais rígida. Tal diferenciação implica em maior eficiência das firmas do Japão.

¹¹ Sobre a importância das empresas multinacionais no processo de industrialização dos países da América Latina ver Amsden (2009) e Palma (2004).

das diferenças instintivas no desenvolvimento. A interpretação aqui é de que o tipo de industrialização movida pelo capital externo criou firmas organizadas de modo a possibilitar pouca margem para ações inovadoras e cooperativas entre seus trabalhadores¹². Para Hiratuka (2005, p. 113) “o recente boom de investimento estrangeiro ocorrido na década de 90 não alterou o papel das filiais brasileiras, que permaneceram tendo uma função restrita em termos de envolvimento em atividades de P&D com maior densidade”. Isso ocorre quando as filiais de multinacionais devem se organizar de acordo com o programado pelas matrizes dos países de origem, no intuito de manter o padrão estabelecido por estas. As filiais entram nos países emergentes com o objetivo de aproveitar dos baixos salários da mão-de-bra e, com isso, obter maiores lucros. Ou seja, há a dominância de um instinto predatório, com a ausência de qualquer compromisso com a criação de um ambiente propício para atividades cooperativas e criativas por parte dos trabalhadores e demais afiliados.

Já no âmbito macroeconômico o debate se concentraria em torno da interação entre as políticas de Estado, instituições e instintos. Para Veblen (1921) as políticas de apoio à produção nacional, como tarifas de importação e administração cambial, típicas de estratégias desenvolvimentistas, são formas de sabotagem uma vez que contribui para o cumprimento dos objetivos dos capitalistas. Ou seja, restringe a oferta e possibilita a manutenção dos preços altos dos produtos nacionais. Entretanto o autor reconhece a necessidade de intervenção estatal para garantir a segurança e os ganhos da nação:

It is not a question of morals and good intentions. It is always to be presumed as a matter of course that the guiding spirit in all such governmental moves to regularize the nation's affairs, whether by restraint or by incitement, is a wise solicitude for the nation's enduring gain and security. All that can be said here is that many of these wise measures of restraint and incitement are in the nature of sabotage, and that in effect they habitually, though not invariably, inure to the benefit of certain vested interests. (VEBLEN, 1921, p. 16)

No que se refere ao debate desenvolvimentista, a incorporação da teoria dos instintos orientam os objetivos que devem ser buscados pela política governamental. Ou seja, em um sistema capitalista, as políticas que visam a modernização da estrutura produtiva nacional devem incentivar a participação cada vez maior de indivíduos com ações dominadas pelo instinto para o trabalho eficaz. Do mesmo modo, deve também restringir comportamentos com base no instinto predatório que prejudiquem os esforços em direção às melhorias de eficiência produtiva. Entretanto, sendo o desenvolvimentismo um conceito ideológico que defende um projeto de desenvolvimento dentro dos marcos de uma sociedade capitalista (FONSECA, 2013), a preocupação com os lucros e, portanto, a presença do instinto predatório não devem ser eliminados. Neste caso, a política deve agir levando em conta os conflitos entre os agentes dominados pelos diferentes instintos, garantindo tanto a lucratividade dos negócios quanto a liberdade dos engenheiros e técnicos interessados em promover as inovações e os ganhos de eficiência. Ou seja, o Estado deve fornecer os incentivos e pressionar as firmas por uma organização que seja benéfica para a acomodação de agentes dominados pelos “bons” instintos. Aqui o ambiente derivado de tais políticas deve ser mais favorável em comparação àquele que é fruto de firmas orientadas unicamente para a busca dos lucros máximos ou desejados pelos executivos e

¹²Para Araujo (2004) as empresas estrangeiras gastam menos em atividades de P&D, em relação ao seu faturamento, do que as firmas nacionais. Para o autor a diferença dessa proporção, controlando diversas variáveis, como número de funcionários, setor, inserção no comércio exterior etc, chega a 80% de gasto a mais realizado pelas empresas brasileiras em comparação com as estrangeiras.

capitalistas. Por outro lado, os lucros não podem cair ao nível referente àquele que seria compatível com uma estrutura e organização que possibilita o uso potencial máximo da eficiência produtiva e considerável baixa nos preços, cuja consequência seria a queda dos investimentos. Logo, no geral, o Estado deve, de um lado, assegurar um preço mínimo para a produção que seja compatível com um nível de lucratividade mínimo exigido pelo capitalista para o investimento e, de outro lado, pressionar as firmas para a adoção de práticas que influenciem o desenvolvimento de inovações e do crescimento da produtividade.

A agenda de pesquisa que se pretende desenvolver a partir deste paper é crítica ao novo desenvolvimentismo de Bresser-Pereira (2006), concebendo esta estratégia como no mínimo insuficiente para a perseguição dos objetivos desejados, que seriam a modernização da estrutura produtiva, promoção da inovação e aumento e distribuição da renda. Para este autor, os esforços do Estado para a promoção do desenvolvimento econômico devem se concentrar, em grande medida, na administração da taxa de câmbio, ao nível que torne os produtos nacionais competitivos internacionalmente, além do forte controle das contas públicas para a formação de uma poupança interna que financie os investimentos. O investimento e as inovações viriam na medida em que tal estratégia incentivaria as firmas a exportarem sua produção e auferissem maiores lucros com a taxa de câmbio manipulada. Essa política cambial seria para Veblen referente ao esquema de sabotagem, pois aumentaria os valores pagos pelos produtos importados e também pelos produzidos nacionalmente, possibilitando maior rentabilidade para os capitalistas domésticos. Entretanto, a estratégia novo desenvolvimentista seria passível de falhas na promoção do desenvolvimento uma vez que a teoria dos instintos questiona o interesse dos empresários em elevar a produtividade e promover as inovações. Sendo estes agentes movidos por interesses predatórios, a simples “sabotagem” realizada por parte do Estado não garante que o instinto para o trabalho eficaz ganhe espaço no processo produtivo. Ou seja, maiores lucros não necessariamente implicam em maiores recursos investidos em P&D, parcerias com institutos de C&T e nem em investimentos em maquinário que aumente a produtividade do trabalho. Tais decisões estão imbuídas de riscos, pois movimentam altos recursos e transformam a estrutura vigente, cujos resultados em termos de lucratividade podem não ser satisfatórios.

Aqui se assume que sem uma mudança nas propensões instintivas da elite capitalista a estratégia novo desenvolvimentista corre o risco de apenas converter melhorias na margem. Ideias semelhantes podem ser verificadas pelos teóricos da dependência, os quais estabelecem que a causa do atraso dos países subdesenvolvidos pela “incapacidade das elites locais, especificamente da burguesia, de serem nacionais, ou seja, de pensarem e agirem em termos dos interesses nacionais” (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 15). Entretanto, uma diferença sobre a abordagem que se busca desenvolver a partir deste artigo é que essa condição do empresariado dos países subdesenvolvidos não deve ser considerada inata ou permanente. Como já se sabe, o institucionalismo Vebleniano trabalha frequentemente com ideia de mudança. Instintos e instituições são frutos do contexto social e material aos quais os indivíduos estão inseridos e interagem constantemente entre si. Instintos e instituições apresentam uma relação causal mútua, sendo ambos passíveis de mudanças provocadas pelas transformações contínuas do ambiente. Ou seja, mudanças institucionais têm a capacidade de alterar os instintos vigentes, como também estes podem contribuir para modificar os primeiros.

Diante disso, a discussão deve girar em torno do arcabouço institucional necessário para a promoção de ações baseadas no instinto para o trabalho eficaz, embora se acredite na

impossibilidade de eliminação das propensões predatórias em uma economia capitalista. A política desenvolvimentista deve atuar além do simples controle dos preços econômicos, como juros e câmbio. É necessário também provocar mudanças mais profundas na sociedade, transformando hábitos de pensamento e as motivações instintivas. O empresariado deve reconhecer o seu papel para o desenvolvimento econômico, ser valorizado mais pela utilidade e benefício de suas atividades para o todo e menos pela acumulação de riqueza e busca pelo lucro. Logo, a compreensão da interação entre hábitos e instintos é fundamental para a realização de políticas que atuem em todos os níveis da sociedade, buscando institucionalizar visões e comportamentos com base nas propensões instintivas benéficas para o desenvolvimento das forças produtivas, das inovações tecnológicas e melhorias na distribuição de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do apresentado até então, este artigo buscou argumentar a importância da compreensão não apenas do papel das instituições mas também dos instintos para o desenvolvimento. Apesar da ênfase dada por Veblen aos instintos em sua abordagem institucional, esse elemento é praticamente ausente na análise do desenvolvimento econômico pelas modernas abordagens institucionalistas. A importância da incorporação dos instintos é que eles fornecem os objetivos das ações dos agentes econômicos, de modo que a mudança institucional pode não necessariamente implicar em uma trajetória de desenvolvimento econômico baseada em inovação tecnológica e distribuição de renda se não conseguir transformar as propensões instintivas dos agentes econômicos. Ou seja, a dominância de um comportamento predatório, em detrimento do instinto para o artesanato, seria um obstáculo à inserção de um país em uma trajetória desejada.

Neste sentido, a fim de estabelecer uma agenda de pesquisa que investigue as relações entre instintos, instituições e desenvolvimento, é importante ter em mente algumas questões a serem debatidas. A primeira é se há limites impostos pelos instintos para os efeitos das mudanças institucionais que visam a modernização da estrutura produtiva nacional, com elevação do nível de inovação, e melhorias no bem estar social. Uma das hipóteses deste trabalho, e que ainda necessita de aprofundamento, é que o fracasso das políticas estaria na dificuldade de promover os instintos que servem de base para comportamentos criativos e cooperativos (*workmanship*) entre os mais diversos atores, principalmente os responsáveis pelas decisões importantes em uma economia capitalista, ou seja, empresários e *policymakers*. Um segundo ponto a ser investigado seria sobre os efeitos restritivos dos instintos predatórios das elites sobre a mudança e criação de instituições consideradas benéficas para o desenvolvimento, principalmente em países emergentes. Ou seja, seria o instinto predatório dos capitalistas um obstáculo para a mudança institucional e reversão das políticas que visam a sabotagem para a manutenção dos lucros?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMSDEN, Alice. (2009). **A ascensão do “resto”**. São Paulo, Editora da UNESP.
- AOKI, M. (1990). Toward an economic model of the Japanese firm. **Journal of economic literature**, 28(1), 1-27.
- AYRES, C. E. (1921). Instinct and Capacity--I: The Instinct of Belief-in-Instincts. **The Journal of Philosophy**, 561-565.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2005). Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência. **Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 201-232.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2006). O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em perspectiva**, 20(3), 5-24.
- CHANG, H.-J.(1999) The Economic Theory of the Developmental State. In: WOO-CUMINGS, M. **The Developmental State**. Ithaca: Cornell University Press.
- CHANG, H.-J. (2004). **Chutando a Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP.
- CLARK, John M. (1918). Economics and Modern Psychology. **Journal of Political Economy** 26, no. 1(1918): 1-30.
- CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. (2002) O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de economia contemporânea**. Rio de Janeiro. Vol. 6, n. 2 (jul./dez. 2002), p. 119-146.
- CORDES, C. (2005). Veblen’s “Instinct of workmanship,” its cognitive foundations, and some implications for economic theory. **Journal of Economic Issues**, 39(1), 1-20.
- CORDES, C. (2007). The Role of “Instincts” in the Development of Corporate Cultures. **Journal of Economic Issues**, 41(3), 747-764.
- DARWIN, C. (2003). **A origem das espécies**. Hemus.
- DA SILVA, Vagner L. (2010). Fundamentos do institucionalismo na teoria social de Thorstein Veblen. **Política&Sociedade**.
- EVANS, P. (2003). Além da “Monocultura Institucional”: instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. **Sociologias**, 5(9), 20-62.
- FONSECA, P. C. D. (2015). Desenvolvimentismo: a construção do conceito (No. 2103). Texto **para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**.
- GOLDSTEIN, H.A., and DRUCKER, J. (2007), ‘Assessing the regional economic development impacts of universities: a review of current approaches’, **International Regional Science Review**, Vol 30, No 1, pp 20–24.

HODGSON, Geoffrey M. (1992) Thorstein Veblen and post-Darwinian economics. **Cambridge Journal of Economics**,16,285-301.

HODGSON, G. (1998) The Approach of Institucional Economics. **Journal of Economic Literature**, v. 36, issue 1, March.

HODGSON, Geoffrey M. (2003) Darwinism and institutional economics. **Journal of Economic Issues**, p. 85-97.

HODGSON, Geoffrey M. (2004). Darwinism, causality and the social sciences. **Journal of Economic Methodology**, v. 11, n. 2, p. 175-194.

HODGSON, Geoffrey M. (2006). What Are Institutions? **Journal Of Economic Issues**. Vol. XL No. 1.

MCDUGALL, William (1908) **An Introduction to Social Psychology**, 1st edn (London: Methuen).

PALMA, G. (2004). Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. O poder americano. Petrópolis: Vozes, 393-454.

PARKER, Carleton H. (1918)."Motives in Economic Life."**American Economic Review** 8, no. 1: 212-231. --. The Casual Laborer and Other Essays. New York: Harper, Brace & World, 1920.

REDMOND, W. H. (2006). Instinct, culture, and cognitive science. **Journal of economic issues**, 40(2), 431-438.

RICHERSON, Peter J.; COLLINS, Dwight; GENET, Russell M. (2006)Why managers need an evolutionary theory of organizations. **Strategic Organization** 4, no. 2 (2006): 201-211.

TEAD, Ordway.(1918)**Instincts in Industry**. Boston: Houghton Mifflin Co.

VEBLEN, Thorstein, (1898) Why is economics not an evolutionary science? **The Quarterly Journal of Economics**, v. 12, n. 4, July, pp. 373-97.

VEBLEN, T. B. (1909) "The Limitations of Marginal Utility." **Journal of Political Economy**, v. 17, n. 9.

VEBLEN, T. (1918).**The Instinct of Workmanship: And the State of Industrial Arts**. Macmillan.

VEBLEN, T. (1921). **The engineers and the price system**. BW Huebsch, Incorporated.

VEBLEN, T. (1923) **Absentee Ownership and Business Enterprise in Recent Times** (1964).

VEBLEN, T. (1983) **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Abril Cultural (1983).

VEBLEN, T. (2007). O Instinto para o Artesanato e a Aversão ao Trabalho em Geral. **OIKOS**, Ano VI, (8).

WATTS, Frank (1921). **An Introduction to the Psychological Problems of Industry**. London: Allen & Unwin.

ZYSMAN, J. (1994). How institutions create historically rooted trajectories of growth. **Industrial and corporate change**, 3(1), 243-283.